

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA TODOS OS CARGOS

1. BENEFÍCIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES

1.1. Benefícios – Do funcionamento e da organização dos Regimes Próprios de Previdência Social. – Do Sistema de Proteção Social dos Militares. – Da criação e competência da SPPREV. –Do conselho Administrativo e Fiscal. – Do sistema Previdenciário e assistência médica. – Da Caixa Beneficente da Polícia Militar. – Da pensão mensal Civil e Militar e da Comprovação da Dependência Econômica. – Da União Estável. – Da Tutela e da Curatela. – Dos contribuintes. – Das contribuições e da Base de Cálculo. – Do Recolhimento e da Finalidade das Contribuições. – Dos Benefícios e dos Beneficiários. – Da decadência e da Prescrição. – Da assistência Médica e Hospitalar. – Dos conceitos de Vencimentos, Remuneração e Salário. – Das jornadas de Trabalho. Do Teto Constitucional. – Do Salário-família, do Auxílio Reclusão e Funeral. – Do Abono de Permanência. – Do Servidor Público Afastado ou Licenciado e de sua Vinculação ao RPPS. – Da aposentadoria. – Dos Tipos de Aposentadoria. – Da Inatividade Militar, Da Reserva e Da Reforma. – Das regras de Inatividade e da Promoção. – Da Reserva e Da Reforma. – Da Contagem de Tempo de Contribuição. – Da Certidão de Tempo de Contribuição. – Do Regime de Previdência Complementar e sua Base de Cálculo. – Da Isenção de Imposto de Renda.

BIBLIOGRAFIA:

Lei Complementar n.º 1.010, de 01 de junho de 2007 – Dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Federal n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019 – Altera a Lei n.º 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei n.º 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei n.º 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória n.º 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008: Artigo 2º – traz alterações da Lei n.º 6.880/80; - art. 50; Artigo 4º – traz alterações da Lei n.º 3.765, de 04/05/1960; - art. 3A, § 2º (contribuição); Artigo 25 – traz alterações do Decreto Lei n.º 667, de 02/07/1969; - art. 24, 24C a 24H.

Disponível em: [L13954 \(planalto.gov.br\).](#)

Instrução Normativa SEPRT n.º 5, de 15 de janeiro de 2020 – Estabelece orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões e das demais disposições relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecidas pela Lei n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, mediante alteração do Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969. Art 3 e 4, 6 e 7, 13 e 14, 16 a 18, 20 a 22.

Disponível em: [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 15 DE JANEIRO DE 2020 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 15 DE JANEIRO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional.](#)

Lei Complementar n.º 452, de 02 de outubro de 1974 e alterações – Institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas. Art. 6, 8 a 11, 16, 18, 20 a 23.

Disponível em: [Lei nº 452, de 02 de outubro de 1974 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar nº 1.013, de 06 de julho de 2007 – Altera a Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, e o Decreto lei nº 260, de 29 de maio de 1970, e dá providências correlatas. - artigos 1º, 2º e 3º e 10 a 15.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.013, de 06 de julho de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 1.150, de 20 de outubro de 2011 e alterações – Dispõe sobre regras de inatividade e promoção aplicáveis aos policiais militares, nas condições que especifica.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.150, de 20 de outubro de 2011 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 1.305, de 20 de setembro de 2017 – Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.305, de 20 de setembro de 2017 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Decreto Regulamentar n.º 52.860, de 02 de abril de 2008 – Regulamenta a contribuição previdenciária dos militares do serviço ativo, da reserva remunerada, reformados, agregados e respectivos pensionistas, nos termos da Lei Complementar n.º 1.013, de 6 de julho de 2007, e dá providências correlatas. Artigos: 1º a 3º; 8º a 24; 33 a 36.

Disponível em: [DECRETO Nº 52 \(al.sp.gov.br\).](#)

Decreto-Lei n.º 260, de 29 de maio de 1970 – Dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Artigos 15 a 26-A, 27 a 29 e 50 a 56.

Disponível em: [Decreto-Lei nº 260, de 29 de maio de 1970 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 180/78 – Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas.

Disponível em: [Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 1.012/07 – Altera a Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978; a Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968; a Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.012, de 05 de julho de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 500/74 – Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas.

Disponível em: [Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 10.887/04 – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Disponível em: [L10887 \(planalto.gov.br\).](#)

Lei n.º 14.653/11 – Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.

Disponível em: [Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Decreto Regulamentar n.º 52.046/07 – Aprova o Regulamento da São Paulo Previdência - SPPREV, criada pela Lei Complementar n.º 1.010, de 1º de junho de 2007.

Disponível em: [Decreto nº 52.046, de 09 de agosto de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Decreto Regulamentar n.º 52.859/08 – Regulamenta a Lei Complementar n.º 1.012, de 5 de julho de 2007.

Disponível em: [DECRETO Nº 52 \(al.sp.gov.br\).](#)

Constituição Federal de 1988 (Art. 22, inciso XXI; Art.37, 40, 42, 142).

Disponível em: [Constituicao-Compilado \(planalto.gov.br\).](#)

Emenda Constitucional 20/98.

Disponível em: [Emc20 \(planalto.gov.br\)](http://Emc20.planalto.gov.br).

Emenda Constitucional 41/03 – Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Disponível em: [Emenda Constitucional nº 41 \(planalto.gov.br\)](http://EmendaConstitucionalnº41.planalto.gov.br).

Emenda Constitucional 47/05 – Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Disponível em: [Emenda Constitucional nº 47 \(planalto.gov.br\)](http://EmendaConstitucionalnº47.planalto.gov.br).

Emenda Constitucional 70/12 – Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.

Disponível em: [Emenda Constitucional nº 70 \(planalto.gov.br\)](http://EmendaConstitucionalnº70.planalto.gov.br).

Lei Federal n.º 7.713/88 – Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

Disponível em: [L7713 \(planalto.gov.br\)](http://L7713.planalto.gov.br).

Lei Federal n.º 11.052/04 – Altera o inciso XIV da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei n.º 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.

Disponível em: [Lei nº 11.052 \(planalto.gov.br\)](http://Lei nº 11.052 (planalto.gov.br)).

Lei Federal n.º 13.135/15 – Altera as leis n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, n.º 10.876, de 2 de junho de 2004, n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências.

Disponível em: [L13135 \(planalto.gov.br\)](http://L13135.planalto.gov.br).

Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Disponível em: Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Lei n.º 9.717/98 – Dispões sobre regras gerais sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios da Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Disponível em: [L9717 \(planalto.gov.br\)](http://L9717.planalto.gov.br).

Lei n.º 10.177/98 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Disponível em: Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Código Civil – Da união estável e dos tutores – Artigos 1723 e 1728 a 1731.

Disponível em: [L10406compilada \(planalto.gov.br\)](http://L10406compilada.planalto.gov.br).

Portaria SPPREV n.º 25/2012 – Dispõe sobre novo procedimento para concessão de aposentadoria no Estado de São Paulo, determinando o envio de Processo de Aposentadoria SPPREV, que deve reunir documentos essenciais e suficientes para concessão do benefício de aposentadoria através de trâmite digital monitorado pelo Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários – SIGEPREV, e posterior fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, tornando o procedimento dinâmico e célere.

Disponível em: SPPREV - São Paulo Previdência.

Portaria MPS n.º 154/2008 – Disciplina Procedimentos sobre a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição.

Disponível em: [PORTARIA MPS nº 154 de 15mai2008 - atualizada até 04set2018 \(previdencia.gov.br\)](http://PORTARIA MPS nº 154 de 15mai2008 - atualizada até 04set2018 (previdencia.gov.br)).

Lei Complementar n.º 1.354/2020 – Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Disponível em: Lei Complementar nº 1.354, de 06 de março de 2020 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Decreto Regulamentar n.º 56.217/2010 - Altera o Regulamento da São Paulo Previdência - SPPREV aprovado pelo Decreto n.º 52.046, de 9 de agosto de 2007, e o Decreto n.º 54.623, de 31 de julho de 2009,

que define diretrizes com vista ao disposto no artigo 36 da Lei Complementar n.º 1.010, de 1º de junho de 2007.

Disponível em: [decreto n.56.217, de 21.09.2010 \(al.sp.gov.br\)](#).

Emenda Constitucional 103/2019 - Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Art. 35.

Disponível em: [Emenda Constitucional nº 103 \(planalto.gov.br\)](#).

Portaria MF n.º 393/2018 - Altera disposições das Portarias MPS n.º 204, de 10 de julho de 2008, n.º 402, de 10 de dezembro de 2008, e n.º 154, de 15 de maio de 2008, e da Portaria MF n.º 577, de 27 de dezembro de 2017, e dá outras providências, artigos 3º e 4º alteram dispositivos da MPS n.º 154/2008.

Disponível em: [Portaria-MF-393-2018.pdf \(previdencia.gov.br\)](#).

Decreto n.º 65.021/2020 - Dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 65.021, de 19/06/2020 \(Decreto 65.021/2020 \) \(al.sp.gov.br\)](#).

Lei Complementar n.º 1.380, de 04 de novembro de 2022 - Revoga o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar n.º 1.012, de 5 de julho de 2007, que altera a Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, a Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, a Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979, e dá providências correlatas.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.380, de 04 de novembro de 2022 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

2. RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

2.1. Atendimento – Dos direitos básicos e deveres dos usuários, das manifestações dos usuários de serviços públicos, das ouvidorias, dos conselhos de usuários, da avaliação continuada dos serviços públicos.

BIBLIOGRAFIA:

Lei n.º 10.177/98 – artigo 33 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Disponível em: [Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Lei n.º 13.460/2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Disponível em: [L13460 \(planalto.gov.br\)](#).

Lei n.º 13.276/2018 – Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Disponível em: [L13726 \(planalto.gov.br\)](#).

Lei n.º 10.294/1999 - Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado.

Disponível em: [Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Lei Federal nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.

Disponível em: [L12527 \(planalto.gov.br\)](#).

2.2. Recadastramento – Da obrigatoriedade, dos locais de recadastramento e da sua falta, dos representantes legais e respectivas restrições, da tutela e curatela, da documentação, da periodicidade, das consequências do não recadastramento, dos impossibilitados de locomoção, das visitas domiciliares, dos pensionistas universitários, dos residentes fora do país.

BIBLIOGRAFIA:

Portaria SPPREV n.º 372/2022 – Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2023.

Disponível em: [SPPREV - São Paulo Previdência](#).

2.3. Consignações em folha de pagamento – Das consignações, das consignatárias, consignantes, consignados, das espécies de consignação, das margens consignáveis, dos descontos obrigatórios, das consignações preferenciais e facultativas, dos tipos de entidades consignatárias, do credenciamento de consignatárias, das penalidades às consignatárias, da insuficiência de margem, do repasse dos valores, do serviço de Controle de Consignações – SCC.

BIBLIOGRAFIA:

Decreto n.º 60.435/2014 – Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em: [DECRETO Nº 60.435, DE 13 DE MAIO DE 2014 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 61.470/2015 – Altera e acrescenta dispositivos que especifica ao Decreto n.º 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 61.470, de 02 de setembro de 2015 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 61.948/2016 - Dá nova redação a dispositivo que especifica do Decreto n.º 61.750, de 23 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica.

Disponível em: [Decreto nº 61.948, de 28 de abril de 2016 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 62.137/2016 – Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 62.137, de 04 de agosto de 2016 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto nº 66.622, de 31/03/2022 - Altera a redação do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 66.622, de 31/03/2022 \(Decreto 66.622/2022 \) \(al.sp.gov.br\)](#).

Resolução SFP nº 26, de 14/04/2022 - Estabelece normas complementares para as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica.

Disponível em: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/folha/Paginas/Resolucao_SFP_26.

2.4. Segurança da informação - Nova Política Geral de Segurança da Informação da SPPREV (PSI - SPPREV publicada na Intranet em 19/01/2022) e Normas de Segurança da Informação de N-SI-01 a N-SI-04 publicadas na Intranet em 19/01/2022. Estabelece diretrizes que operem como direcionador estratégico para o desenvolvimento da atividade de segurança da informação.

Disponível em: http://servidor01/intranet/tecnologia_da_informacao.aspx#.

3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1. Recursos Humanos

3.1.1. Sistema de Administração de Pessoal – provimento de cargos, mobilidade funcional, vencimentos e salários, regime jurídico, avaliação de desempenho, benefícios, substituição eventual, pró-labore, adicional por tempo de serviço (art. 129 da Constituição Estadual), gratificação pelo desempenho de atividade no Poupatempo, incorporação, critérios para percepção, percentuais; teto constitucional, férias, pagamento, período aquisitivo e descanso, Prêmio de Incentivo à Qualidade-PIQPREV, concessão, cálculo e percentual, critérios de avaliação de desempenho.

3.1.2. Bonificação Por Resultados – apuração, indicadores, efetivo exercício, cumprimento das metas e cálculo da bonificação por resultado.

BIBLIOGRAFIA:

Lei Complementar n.º 1.058/2008 e alterações – Institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, e dá providências correlatas.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.058, de 16 de setembro de 2008 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 1.079/2008 e alterações – Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Economia e Planejamento e das autarquias vinculadas.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 847/1998 e alterações – Institui o "POUPATEMPO – Centrais de Atendimento ao Cidadão" – Programa do Governo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Disponível em: [Lei Complementar nº 847, de 16 de julho de 1998 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Decreto n.º 58.078/2012 – Estabelece normas e critérios para fins de concessão do Prêmio de Incentivo à Qualidade Previdenciária – PIQPREV, instituído pela Lei Complementar n.º 1.162, de 26 de dezembro de 2011, aos servidores que especifica e dá providências correlatas.

Disponível em: [decreto n.58.078, de 25.05.2012 \(al.sp.gov.br\).](#)

Decreto n.º 58.079/2012 – Institui a Avaliação de Desempenho Individual (ADI), no âmbito da São Paulo Previdência - SPPREV, aos empregados integrantes das carreiras abrangidas pela Lei Complementar n.º 1.058, de 16 de setembro de 2008, e dá providências correlatas.

Disponível em: [decreto n.58.079, de 25.05.2012 \(al.sp.gov.br\).](#)

Lei n.º 4.090/1962 – Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.

Disponível em: [L4090 \(planalto.gov.br\).](#)

Lei n.º 4.749/1965 – Dispõe sobre o Pagamento da Gratificação Prevista na Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962.

Disponível em: [L4749 \(planalto.gov.br\).](#)

Decreto n.º 57.155/1965 – Expede nova regulamentação da Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962, que institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\).](#)

Decreto n.º 52.833/2008 – Dispõe sobre os órgãos do Sistema de Administração de Pessoal, define competências das autoridades e dá providências correlatas.

Disponível em: [DECRETO Nº 52 \(al.sp.gov.br\).](#)

3.1.3. Frequência e Sistema de ponto – regras do registro eletrônico de ponto, normas e registro sobre o horário de trabalho, compensação de jornada de trabalho, apuração da frequência, limite para compensação.

BIBLIOGRAFIA:

Decreto n.º 52.054/2007 – Dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço.

Disponível em: [Decreto nº 52.054, de 14 de agosto de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Portaria SPPREV n.º 227/2014 e alterações – Dispõe sobre os procedimentos para apuração da jornada de trabalho mensal dos empregados públicos da São Paulo Previdência.

Disponível em: [SPPREV - São Paulo Previdência.](#)

Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n.º 1.510/2009 – Sobre o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Disponível em: [Port. MTE 1510/09 \(Revogado\) \(trt2.jus.br\).](#)

3.1.4. Teletrabalho – Conceito, critérios, objetivos, manutenção do regime, deveres e direitos dos empregados, responsabilidades dos gestores, deveres da Gerência de Recursos Humanos.

BIBLIOGRAFIA:

Decreto n.º 62.648/2017 – Institui e disciplina o teletrabalho no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 62.648, de 27 de junho de 2017 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Lei Complementar n.º 13.467/2017 - Capítulo II-a – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, e n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Disponível em: [L13467 \(planalto.gov.br\).](#)

Portaria SPPREV n.º 437/2018 – Disciplina as regras gerais de implementação do projeto-piloto de Teletrabalho no âmbito da São Paulo Previdência - SPPREV.

Disponível em: [SPPREV - São Paulo Previdência.](#)

3.1.5. Licenças – Auxílio-doença, Licença-maternidade, Auxílio-acidente, Direito, concessão e requisição, extensão da licença-maternidade, prorrogação dos períodos, atestado médico, período de amamentação.

BIBLIOGRAFIA:

Decreto n.º 3.048/1999 e alterações – artigos 71 ao 80, 93 ao 103 e 105 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

Disponível em: [D3048 \(planalto.gov.br\).](#)

Consolidação das Leis do trabalho – CLT e alterações - artigos 392 e 396 – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Disponível em: [DEL5452 \(planalto.gov.br\).](#)

Lei n.º 8.213/1991 e alterações - artigos 60 ao 62 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Disponível em: [L8213consol \(planalto.gov.br\).](#)

3.1.6. Concursos Públicos – elaboração de editais, procedimentos relativos à realização de concursos públicos, critérios e procedimentos relativos à participação em concursos públicos.

BIBLIOGRAFIA:

Decreto n.º 60.449/2014 – Regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado e dá providências correlatas.

Disponível em: [DECRETO Nº 60.449, DE 15 DE MAIO DE 2014 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 63.979/2018 – Institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos destinados à investidura em cargos e empregos no âmbito do serviço público paulista, nos termos da Lei Complementar n.º 1.259, de 15 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas. Disponível em: [Decreto nº 63.979, de 19 de dezembro de 2018 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

3.1.7. Estágio – Classificação e relação do estágio, instituição de ensino, parte concedente, jornada e atividade no estágio, fiscalização e Compromisso entre as partes.

BIBLIOGRAFIA:

Lei n.º 11.788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e n.º 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Disponível em: [L11788 \(planalto.gov.br\)](#).

3.1.8. Suprimentos e Suporte Logístico Licitações – Procedimento licitatório: princípios básicos, tipos de licitação, modalidades, dispensa e inexigibilidade, habilitação dos licitantes, edital, classificação, julgamento de propostas, homologação, adjudicação, revogação e anulação de licitação.

3.1.8.1. Contratos – Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão.

3.1.8.2. Compras – Processo de Compras.

3.1.8.3. Suprimentos – Gestão de Materiais e Estoques Patrimônio Mobiliário e estoques

BIBLIOGRAFIA:

Lei n.º 8.666/1993 e alterações – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Disponível em: [L8666consol \(planalto.gov.br\)](#).

Lei n.º 10.520/2002 – Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Disponível em: [L10520 \(planalto.gov.br\)](#).

Decreto n.º 47.297/2002 e alterações – Dispõe sobre pregão eletrônico.

Disponível em: [Decreto nº 47.297, de 06 de novembro de 2002 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Lei n.º 6.544/1989 e alterações – Dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

Disponível em: [Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 63.616/2018 – Institui o Sistema de Gestão do Patrimônio Mobiliário e de Estoques do Estado, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 63.616, de 31 de julho de 2018 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

3.1.9. Finanças e Contabilidade

3.1.9.1. Recuperação de Crédito - Crédito Indevido, inscrição em dívida Ativa e Cadin.

3.1.9.2. Afastados – Afastamento e Licenças Servidores Públicos Cíveis e Militares. Contribuição Previdenciária.

BIBLIOGRAFIA:

Portaria SPPREV 90 de 28/02/2019 – Dispõe sobre cobrança de pagamentos indevidos de benefícios previdenciários.

Disponível em: [SPPREV - São Paulo Previdência.](#)

Portaria SPPREV 276 de 13/09/2022 – Dispõe sobre cobrança de contribuição previdenciária de servidores e militares afastados, nos termos das Leis Complementares nº 1.012/2007, nº 1.013/2007 e nº 1.354/2020 e dá providências.

Disponível em: [SPPREV - São Paulo Previdência.](#)

Decreto Regulamentar n.º 52.859/08 – capítulo III – Regulamenta a Lei Complementar n.º 1.012, de 5 de julho de 2007.

Disponível em: [DECRETO Nº 52 \(al.sp.gov.br\).](#)

Lei Complementar n.º 1.012/07 – seção V – Altera a Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978; a Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968; a Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979.

Disponível em: [Lei Complementar nº 1.012, de 05 de julho de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.](#)

Decreto n.º 54.975/2009 – Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Administração Direta e Autarquias do Estado para desconto e repasse de contribuições previdenciárias de servidores efetivos de outros entes da federação, afastados junto ao Governo do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Disponível em: [decreto n.54.975, de 29.10.2009 \(al.sp.gov.br\).](#)

3.1.10. Comprev – Compensação Previdenciária entre regimes de previdência. Regras e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

Lei n.º 9.796/1999 e alterações – Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Disponível em: [L9796 \(planalto.gov.br\).](#)

Decreto n.º 10.188/2019 – Dispõe sobre a regulamentação da Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999.

Disponível em: [D10188 \(planalto.gov.br\).](#)

Instrução Normativa PRES/INSS n.º 128/2022 – art. 520 a 522 - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

Disponível em: [www.in.gov.br.](#)

3.1.11. CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária

BIBLIOGRAFIA:

Lei n.º 17.555/2022 - LDO 2023 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.
Disponível em: [LDO 2023.pdf \(planejamento.sp.gov.br\)](#).

Lei n.º 17.614/2022 - LOA 2023 – Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022.
Disponível em: [planejamento.sp.gov.br/static/arquivos/orcamento/LOA/2023/Lei_17614_de_26_12_2022.pdf](#).

Lei n.º 4.320/1964 e alterações – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Disponível em: [L4320 \(planalto.gov.br\)](#).

Lei n.º 10.320/1968 – Dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado.
Disponível em: [al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10320-16.12.1968.html](#).

Decreto n.º 63.894/2018 e alterações – Disciplina a realização de despesas quanto à gestão financeira e orçamentária e a inscrição em restos a pagar.
Disponível em: [Decreto nº 63.894, de 05 de dezembro de 2018 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 58.052/2012 e alterações – Regula acesso a informações e providências correlatas.
Disponível em: [decreto n.58.052, de 16.05.2012 \(al.sp.gov.br\)](#).

Decreto n.º 62.297/2016 e alterações – Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas.
Disponível em: [Decreto nº 62.297, de 06 de dezembro de 2016 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto-Lei n.º 233/1970 e alterações – Estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária da Administração Pública Estadual, Centralizada ou Direta.
Disponível em: [al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1970/decreto.lei-233-28.04.1970.html](#).

Decreto n.º 48.292/2003 e alterações – Concessão de Diárias.
Disponível em: [Decreto nº 48.292, de 02 de dezembro de 2003 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#).

Decreto n.º 53.980/2009 – Regulamenta o regime de adiantamento.
Disponível em: [decreto n.53.980, de 29.01.2009 \(al.sp.gov.br\)](#).

Lei Complementar n.º 116/2003 e alterações - ISS – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.
Disponível em: [Lcp 116 \(planalto.gov.br\)](#).

4. CONTEÚDO GERAL

4.1. SIC – Serviço de Informações ao Cidadão – Gestão documental e acesso à Informação, Direito ao acesso a informações públicas e dever de proteção do patrimônio documental do Estado, Política nacional de acesso à informação.

BIBLIOGRAFIA:

Lei n.º 12.527/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Disponível em: [L12527 \(planalto.gov.br\)](#).

Decreto n.º 58.052/2012 – Regulamenta a Lei federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.

Disponível em: [decreto n.58.052, de 16.05.2012 \(al.sp.gov.br\)](http://decreto.n.58.052.de.16.05.2012.al.sp.gov.br).

Lei Complementar n.º 10.294/1999 – Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Disponível em: [Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](http://lei.n.10.294.de.20.de.abril.de.1999.assembleia.legislativa.do.estado.de.sao.paulo).

4.2. Ouvidoria

BIBLIOGRAFIA:

Lei Complementar n.º 10.294/1999 – Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Disponível em: [Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](http://lei.n.10.294.de.20.de.abril.de.1999.assembleia.legislativa.do.estado.de.sao.paulo).

Decreto n.º 60.399/2014 – Dispõe sobre a atividade das Ouvidorias instituídas pela Lei n.º 10.294, de 20 de abril de 1999.

Disponível em: [L12527 \(planalto.gov.br\)](http://l12527.planalto.gov.br).

Portaria SPPREV 188/2010 – Institui a Ouvidoria na São Paulo Previdência.

Disponível em: [SPPREV - São Paulo Previdência](http://spprev.sao.paulo.previdencia.gov.br).

Decreto n.º 64.355/2019 – Institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança Digital e dá providências correlatas.

Disponível em: [Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](http://decreto.n.64.355.de.31.de.julho.de.2019.assembleia.legislativa.do.estado.de.sao.paulo).